

# OTN, a ameaça na escola particular

PEDRO ZAN e  
SÍLVIA MAIOLINO

A volta às aulas, a partir de amanhã, na maioria das sete mil escolas particulares no Estado, poderá vir acompanhada de uma triste notícia para os pais: a obrigatoriedade do pagamento das mensalidades em OTN. A proposta é da diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo e foi apresentada depois que o presidente José Sarney liberou a cobrança das mensalidades às escolas.

Depois de amanhã, segundo Sérgio Arcuri, vice-presidente da Sieeesp, haverá nova assembleia quando os donos de escolas decidirão se aceitam a sugestão do sindicato para que, a partir de março, o novo sistema de cobrança já entre em vigor. "Com a eventualidade da queda da URP teríamos de encontrar novas maneiras de manter os valores das parcelas atualizadas em função da inflação", diz Arcuri.

Quando essa proposta foi apresentada, em uma reunião no colégio São Bento, a diretoria do sindicato pediu aos donos de escola que evitassem abusos nos reajustes, embora o próprio Sérgio Arcuri admita que "em um segmento de sete mil escolas não se pode dizer que não haverá excessos". Os abusos também fazem parte das preocupações de pais, professores e alunos que, no passado, sentiram os reflexos dos elevados reajustes praticados por algumas escolas.

Para a presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares, Hebe Tolosa, o decreto presidencial que liberou as mensalidades "é uma mordança na classe média", com a intenção de "neutralizar o movimento de pais que discute, atualmente, os preços cobrados pelas escolas". Advogados da Associação e de outras entidades analisam, agora, a possibilidade de entrar com ação na Justiça para

suspender a validade do decreto federal.

Por esse decreto, só as associações de pais e mestres e os diretores acadêmicos poderão apresentar reclamações aos conselhos estaduais de educação. Não serão aceitas reclamações individuais. Mas professores e educadores em geral, incluindo a Associação de Pais e Alunos, sabem das dificuldades que vão encontrar: nem todas as escolas têm APMs que, para existir, dependem da vontade dos donos de estabelecimentos de ensino.

## Controle

Tudo indica que os conselhos federal e estaduais de Educação encontrarão muitas dificuldades para manter a "liberdade vigiada" na cobrança de mensalidades, principalmente porque existem muitas escolas e pouca fiscalização. Celso Beisiegel, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo há quase quatro anos, é de opinião que o controle de preços não pode ser exercido por esse dois conselhos.

Motivos não faltam para essa restrição: os conselhos não estão aparelhados nem têm recursos para isso e "os interesses das mantenedoras estão diretamente representados dentro dessas entidades". O controle dos reajustes das mensalidades, de acordo com Beisiegel, deveria ser de competência "dos órgãos econômicos governamentais", justamente os que agora liberaram os preços.

A liberação só poderia ocorrer com a concretização de uma medida — um grande esforço de expansão e melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis, ensina o educador. Mas isso é muito difícil de ser feito a curto e médio prazos. A experiência realizada, até agora, com a "liberdade vigiada", não apresentou bons resultados. E nada indica que isso acontecerá este ano.

Além da proposta do Sindicato

das Escolas de cobrar as mensalidades em OTN, também está prevista para março a negociação salarial para reajuste dos professores. "Mais uma vez seremos pretexto, válvula de escape, para os donos de escola que argumentarão com a necessidade de aumentar as mensalidades para poder arcar com nossos reajustes", comenta Fábio Zambon, presidente eleito do Sindicato dos Professores.

Enquanto Zambon se preocupa com o que acontecerá a curto prazo, Sérgio Arcuri acha que a "liberdade vigiada" surge no momento certo: "A comunidade está madura e os pais de alunos sabem que para manter a qualidade é preciso pagar". Paulo Chacon, diretor do colégio Oswald de Andrade, no Alto de Pinheiros, acredita que os donos de escola têm responsabilidade suficiente para saber que o País enfrenta dificuldades econômicas e, por isso, não vão cometer abusos.

Os aumentos cobrados pelas escolas este ano terão de considerar a inflação, o dissídio dos professores e a "restituição de perdas que as escolas vêm acumulando desde o Plano Cruzado". Mas Paulo Chacon também aponta fatores positivos do recente decreto presidencial "que permite um entendimento direto entre pais e escola, acompanhando a realidade do mercado".

## Tarde demais

A discussão em torno dos aumentos das mensalidades e da publicação do decreto presidencial, aprovando a "liberdade vigiada", ocorrem em um momento especial em que as matrículas para as escolas públicas já foram encerradas. A transferência ainda é possível, desde que haja vaga, mas como as aulas na rede oficial já começaram no início de fevereiro esses novos alunos correm o risco de ser reprovados por falta.

O Procon acompanha, no momento, toda a confusão surgida

após a publicação do decreto presidencial. A orientação do diretor Daniel Fink é que os pais observem se o aumento dos preços será acompanhado de uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas escolas. Caso contrário, os pais deverão apresentar uma reclamação formal ao Conselho Estadual da Educação.

Não vai ser fácil conciliar os interesses de escolas e pais em relação às mensalidades. Os professores, por exemplo, já estão com sua pauta de reivindicações pronta para o próximo dissídio da categoria. Eles querem além do reajuste a reposição salarial desde 1982, a produtividade (que está por volta de 10%) e a URP de março. Fábio Zambon defende sua plataforma eleitoral com uma "transparência administrativa" das escolas. "Todos os proprietários afirmam que estão no vermelho, só que, na prática, o aumento patrimonial é grande enquanto os professores ganham cada vez menos."

A exemplo de Celso Beisiegel, Fábio Zambon é contra a "liberdade vigiada" porque acredita que ela só favorece as escolas. O representante do Conselho Estadual de Educação entende que o problema é maior no ensino superior, pois aumentos excessivos podem significar o abandono da escola e a perda de todos os investimentos já feitos pelo aluno.

"Entrei na FMU e vou para onde?", pergunta Antonio Carlos Alves de Araújo, aluno do 5º ano do curso de Psicologia. Segundo ele, o decreto de Sarney é uma "irresponsabilidade" e mostra a força que as escolas têm. No ano passado, Antonio Carlos liderou um movimento de 50 alunos de seu curso contra os aumentos acima dos índices autorizados pelo governo. Por isso, ele agora não consegue se matricular para concluir Psicologia. A escola alega que houve "problemas disciplinares".



Marlene transfere as filhas para a escola pública